

A Ecclesiologia do Vaticano II: antecedentes e deslocamentos histórico-teológicos

The Ecclesiology of Vatican II: antecedents and historical-theological shifts

Degislando Nóbrega de Lima
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Brasil

Pedro Igor Leite da Silva
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Brasil

Resumo

A ecclesiologia do Concílio Vaticano II rompe com um caminho teológico que era fundado muito mais na filosofia grega que na experiência bíblica. Sua grande conquista será a redescoberta da dimensão mistérico-trinitária da comunidade eclesial que abre caminhos para uma perspectiva sinodal e missionária, tendo como base comum, em primeiro lugar, o batismo e não a hierarquia. O presente artigo analisará, a partir de uma visão panorâmica, os antecedentes histórico-teológicos do Concílio, os deslocamentos que nasceram e ganharam corpo em documentos ricos de profecia e, por fim, apresentará os variados desdobramentos abertos no pensar, no agir e no celebrar eclesiais que, por sua vez, conferem ao Concílio um caráter de bússola para a Igreja.

Abstract

The ecclesiology of the Second Vatican Council breaks with a theological path that was founded much more on Greek philosophy than on biblical experience. Its great achievement will be the rediscovery of the mystical-trinitarian dimension of the ecclesial community, which opens the way for a synodal and missionary perspective, having as its common base, in the first place, the baptism and not the hierarchy. This article will analyze, from a panoramic view, the historical-theological antecedents of the Council, the displacements that were born and embodied in documents rich in prophecy and, finally, it will present the varied unfoldings open in thinking, acting and celebrating which, in turn, give the Council the character of a compass for the Church.

Palavras-chave

Igreja.
Concílio Vaticano II.
Ecclesiologia.
Mistério.
Povo de Deus.

Keywords

Church.
Vatican Council II.
Ecclesiology.
Mystery.
God's people.

Introdução

A reflexão contextualizante sobre o Concílio Vaticano II não se esgota. Enquanto bússola, metáfora usada por João Paulo II para falar do Concílio, a compreensão do evento conciliar e sua recepção na Igreja e no mundo permanecem uma tarefa aberta. As ciências da complexidade nos desaconselham o viés do determinismo para interpretar a história, seja natural, seja humana. Isso porque há uma criatividade em todos os níveis da natureza que deve ser captada, de modo que o futuro não seja encarado como algo dado, mas como resultante de encadeamentos de fatos e eventos que deram origem a processos.

Com o Concílio Vaticano II não foi diferente. E, por isso, torna-se pertinente refletir sobre seus antecedentes enquanto marcos de possibilidades. Esses marcos ou eventos podem ser comparados às "bifurcações"¹, estudadas na física do não-equilíbrio. Elas aparecem em pontos especiais nos quais a trajetória seguida por um sistema se subdivide em possibilidades plausíveis. Não obstante a plausibilidade de todas as possibilidades, apenas uma delas será seguida. Os marcos ou eventos podem surgir em sucessão. É nesta perspectiva não determinista que podemos proceder uma espécie de "vista aérea" sobre marcos eclesiológicos significativos que antecederam ao Concílio Vaticano II e culminaram no que consideramos deslocamentos na eclesiologia até aos dias atuais. Tais marcos são, todavia, portadores de potencial para pautar a auto concepção e a autorrealização da Igreja por muito tempo ainda.

Antecedentes histórico-teológicos significativos

Considerando que a história não é linear e que a tarefa interpretativa dos acontecimentos e do pensamento permanece aberta aos novos aportes de

¹ Analogia utilizada por Ilya Prigogine numa carta às futuras gerações publicada pelo Caderno Mais da Folha de São Paulo do dia 30 de janeiro de 2000. Ilya Prigogine é cientista de origem russa, nascido em Moscou, em 1917. Em 1977, recebeu o Prêmio Nobel de Química. É autor de "O Fim das Certezas" (Ed. Unesp) e "A Nova Aliança" (Ed. UnB), entre outros.

dados e de métodos, a determinação dos antecedentes importantes na eclesiologia será limitada pela pré-compreensão marcada pela recepção do Concílio Vaticano II. Alguns poderiam privilegiar os acontecimentos e movimentos imediatamente anteriores ao evento do Concílio. Outros, um grande elenco de fatos históricos, de desdobramentos teológicos e de ações de impacto do magistério da Igreja. Como nossa opção foi por uma “vista aérea”, nossa abordagem se concentrará em três marcos eclesiológicos que povoaram não apenas a definição da Igreja, mas, sobretudo, sua concretização histórico-social: a relação da Igreja com a sociedade, o contexto de reformas e sua efetivação.

A Igreja como extensão da sociedade

O reconhecimento da Igreja pelo Império Romano no século IV gerou uma nova situação de cristianização da sociedade na qual o povo de Deus tende a ser identificado com o povo cristão e a questão da unidade a partir da centralização é colocada em primeiro plano na Igreja. É o início da cristandade que, como bem endossa José Comblin, mais se alinha à filosofia grega, em suas perspectivas e emaranhados linguísticos, que ao próprio evangelho².

Grosso modo, prevaleceu na reflexão e ação apostólicas deste contexto a seguinte chave: “Um Deus-Um mundo-Um império- Um imperador”³. O Cristianismo seria a religião que mais se adequaria a essa ideologia, devido à sua reflexão rígida no tocante ao monoteísmo, que encontrava visibilidade na sagrada hierarquia. Bruno Forte chamou essa teologia de eclesiologia hierárquica numa extensão interpretativa do que Yves Congar chamou de *hierarcologia*⁴. Em certo sentido, privilegiava-se o aspecto visível centrado no papado que aos poucos foi se tornando quase que o único critério de eclesialidade. Nessa simbiose entre Igreja e sociedade, a tensão Igreja-mundo, praticamente, desaparecerá. A própria função do imperador será vista como um ministério eclesial. Esta tensão voltará mais tarde através

² COMBLIN, José. *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*. Obra póstuma. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2012, p. 269.

³ COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2011, p. 55.

⁴ FORTE, Bruno. *A Igreja ícone da Trindade*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 29-30

de três direcionamentos: radicalização do tom contra os “infiéis”, acento na separação entre clérigos e leigos, frequentes conflitos entre o poder *sacerdotal* do papa e o poder *régio* do imperador⁵.

A eclesiologia do poder, que marcaria o rosto da Igreja nos séculos futuros, foi declarada na bula *Unam sanctam* de Bonifácio VIII (18/11/1302): “A una e única Igreja, portanto, tem um só corpo, uma só cabeça - não duas, como um monstro -, a saber: Cristo e o vigário de Cristo, que é Pedro e o sucessor de Pedro” (DS 872). “Portanto, quem resiste a este poder assim ordenado por Deus, ‘resiste à ordenação de Deus’ (Rm 13,2)” (DS 874). E, por fim, “declaramos, enunciamos, definimos que, para toda humana criatura, é necessário para a salvação submeter-se ao Romano Pontífice” (DS 875).

A eclesiologia sob o signo da ânsia por reforma na cabeça e nos membros

A linguagem da reforma - exigência de toda a Europa do século XVI - teve duas correntes ou respostas: a protestante e a católica. Ambas encontraram enraizamento na tardia Idade Média e estavam sob os mesmos desafios culturais, espirituais e políticos. A nova sensibilidade iniciada no Renascimento acentuava o individualismo e o subjetivismo e, conjugada à decadência do papado, formaram um sólo fértil para a oferta da alternativa eclesiológica de Lutero.

Após as duras críticas de Lutero e o sucesso da reforma protestante (1517), a reforma católica, à guisa de defesa, propôs a continuidade de sua tradição. Essa iniciativa ficou conhecida como *contrarreforma*, por ser a autoafirmação da Igreja na luta contra o protestantismo. O Concílio de Trento (1545-1563) que reivindica e recupera a colaboração humana no processo da justificação, reafirma igualmente o valor da mediação eclesial, situando-a na lógica da encarnação e da aliança e estabeleceu as condições para a reforma. Tudo isto se centrando na perspectiva da potestade hierárquica, partindo da autoridade suprema⁶.

⁵ cf. FUENTE, Eloy Bueno de la. *Eclesiología*. Madrid: BAC, 1998, p. 5-6.

⁶ Sobre o Concílio de Trento cabe a observação de Ney de Souza: “Os documentos demonstram que o Concílio de Trento nunca reuniu multidões. Na abertura havia 4 cardeais, 4 arcebispos, 21 bispos e 5 superiores gerais de ordens religiosas. No período mais frequentado, durante o pontificado de Pio V (1562-1563), participaram, mas não contemporaneamente, 9 Fronteiras, Recife, v. 4, n. 1, p. 231-249, jan./jun., 2021

Roberto Belarmino, um dos maiores líderes da contrarreforma, defendia a primazia de uma Igreja visível, a qual não tinha necessidade de pedir virtudes interiores aos seus membros, senão a profissão exterior da fé e a comunhão dos sacramentos⁷. Essa necessidade de se firmar para fora de si, no sentido de reconhecimento externo de empoderamento, ficou também confirmada na teologia de Ch. Journet, em sua importante obra *L'Église du Verbe Incarné*, publicada anos antes do Vaticano II⁸. Segundo ele, Deus instituiu primeiramente a hierarquia, da qual procede a Igreja, que seria resultado de seu empenho e ação. Tais posicionamentos unilaterais sobre a Igreja, no entanto, deveram-se à filosofia do Uno, neoplatônica, e à ideologia monarquista do Império.

O Iluminismo, nessa esteira, representou um fator de impacto na eclesiologia. Ele pretendeu, entre outros objetivos, partir do universal para unir os homens além das particularidades confessionais que dividem e geram enfrentamentos. Entendia que somente assim seria possível recuperar o que de válido se encontra nos componentes positivos do cristianismo que é reconhecido como instituição moral, fundada sob os princípios da lei natural e com função pedagógica na educação dos homens, na tolerância e na fraternidade. Nas coordenadas dessa exigência do tempo, a eclesiologia vai aprofundar ainda mais o quadro hierarcológico e clerical: como instituição pedagógica da humanidade se entenderá como *societas inaequalis*. Aqui o protagonismo é inteiramente da hierarquia a quem cabe vigiar a observância das leis, ensinar os princípios morais aos súditos e administrar os meios sacramentais de salvação⁹.

A consolidação dos estados modernos, cômicos da autonomia do seu poder, gera mais reações polêmicas contra o centralismo da Igreja. Torna-se manifesta a postulação para que nem tudo na Igreja proceda da cúpula ou da tradição. Tal movimentação ganha expressões variadas como o galicanismo,

cardeais, 39 patriarcas e arcebispos, 236 bispos e 17 abades e superiores gerais de ordens religiosas. (...). A maioria presente ao Concílio eram bispos italianos". SOUZA, Ney; GONÇALVES, P. S. Lopes. *Catolicismo e sociedade contemporânea. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013, p. 24.

⁷ cf. FORTE, 2005, p. 12.

⁸ cf. COMBLIN, 2011, p. 24-25.

⁹ cf. FUENTE, 1998, p. 11.

jansenismo, richerismo, febronianismo e o josefinismo. Por trás dessas expressões e de seus protagonistas residem antigas e novas questões eclesiológicas como a relação entre a Igreja universal e particular, a articulação entre carismas e ministérios e o desafio de se configurar em uma história de mudanças.

Os efeitos desagregadores da Revolução Francesa terão como consequência a restauração católica com uma teologia elaborada sob o signo da autoridade, prescindindo do binômio história e escatologia¹⁰. Fechada em esquemas inflexíveis, ela se prolongará por todo o século XIX. A convicção condutora é que a Igreja possui todos os meios e poderes necessários para alcançar seus fins. A Igreja é pensada, assim, como *societas perfecta*, podendo, portanto, situar-se em nível de igualdade com o Estado e estabelecer acordos.

Para combater a desagregação moderna a eclesiologia “ultramontana” exaltar a autoridade do Papa como único ponto de referência segura e estável. A convocação do Concílio Vaticano I por Pio IX (1846-1878) estabelece, desta feita, dois objetivos para a apologética eclesiológica: afirmar a fé e enfatizar o magistério papal. De acordo com Ney de Souza e P.S. Gonçalves,

A apologética esteve presente no contexto e no texto do Concílio Vaticano I. Apresentou-se na forma de magistério da Igreja, combatente de todas as teorias perigosas à fé e à Igreja. Os documentos pontifícios do papa Pio IX, *Qui Pluribus*, de 1846, *Ineffabilis Deus*, de 1854, *Quanta Cura* e *Syllabus*, de 1864, expressam a apologética contextual que ajudou na fermentação do Concílio Vaticano I. Cada documento possui o seu escopo, o seu método, o seu objetivo a ser atingido e a sua incidência na história da teologia e da Igreja¹¹.

A *Ineffabilis Deus* e a *Quanta Cura/Syllabus* constituem a antecipação próprias do evento conciliar. Com a primeira, bula do dia 8 de dezembro de 1854, o papa proclamou o Dogma da Imaculada Conceição (DS 2800-2804), no qual se afirma a santidade e plena inocência da Virgem Maria, Mãe de Deus

¹⁰ FUENTE, 1998, p. 12.

¹¹ SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 24.

(transformou piedade popular em dogma, numa linha de autorreferência apologética). Dez anos mais tarde, Pio IX escreve a *Quanta Cura*, apontando os erros da modernidade e o perigo que isso gerava à Igreja. Era preciso, pois, superá-los a partir da autoridade eclesial - fundada na autoridade divina. Em especial, a encíclica chama a atenção contra os erros do liberalismo e do racionalismo.

À *Quanta Cura* foi anexada o *Syllabus*, com as 80 proposições condenatórias já emitidas pelo papa através de suas alocuções, encíclicas e demais cartas. O papa, por sua vez, ao repetir as ideias modernas, condena todas e a cada uma, encontrando fundamento nas próprias afirmações magisteriais. O anexo com dez parágrafos refuta desde o panteísmo até o indiferentismo, o comunismo, as sociedades secretas e as associações bíblicas, as ideias modernas sobre o matrimônio cristão, a figura do papa, entre outras questões (cf. DS 2901-2979).

Na efervescência de condenações¹², Pio IX anuncia, convoca e abre o Concílio Vaticano I. Seu anúncio aconteceu no dia 29 de junho de 1867 e sua convocação no dia 29 de junho de 1868 - ambas no dia de São Pedro. A abertura solene se deu no dia 8 de dezembro de 1869, dia da Imaculada Conceição, que ele mesmo declarara como dogma de fé.

A convocação fora feita através da bula *Aeterni Patris* (Do eterno Pai), onde o papa já antecipa a razão do Concílio, que era defender a integridade da fé, o culto divino, a disciplina do clero regular e secular, bem como sua instrução, a observância das leis eclesiásticas, a educação da juventude, entre outros aspectos. Mais que isso, a proclamação do dogma da Imaculada (1854), junto com o *Syllabus* (1864) e o Concílio (1869/70) quiseram ser para o racionalismo teórico e prático daquele período, aquilo que Trento representou para o protestantismo em sua época¹³.

¹² “Às vésperas do concílio, as condenações do liberalismo contidas na encíclica *Quanta Cura* e *Syllabus* perturbaram profundamente a opinião católica. Nesse momento, as ideias liberais estavam de tal forma difundidas que sua condenação dava a impressão de que era impossível ser ao mesmo tempo cristão e contemporâneo. Os círculos ultramontanos não deixaram de aumentar a importância doutrinal do texto, e os liberais de a minimizar, vendo nele apenas um ato político”. BOURGEOIS, Henri. SESBOÛÉ, Bernard. TIHON, Paul. *História dos Dogmas*. Direção: Bernard Sesboüé, S.J. Tomo 3: Os sinais da salvação: Os sacramentos, a Igreja e a Virgem Maria. São Paulo: Loyola, 2005, p. 414-415.

¹³ cf. SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 66.

Mediante o trabalho das comissões preparatórias, nas três sessões conciliares, discutiu-se e foram aprovadas duas constituições: *Dei Filius* e *Pastor Aeternus*. A primeira, no dia 24 de abril de 1870, sobre a Divina Revelação, sintetiza e mesmo retoma as cartas encíclicas que serviram para a condenação da modernidade, primeira defensora do racionalismo e naturalismo. A segunda constituição fora aprovada em 18 de julho de 1870. A teologia por trás desse documento é aquela que serviu de base e perpassou todo o Concílio de Trento: a eclesiologia da *societas perfectas*. O debate dá conta de duas opiniões diversas: a que já partia do pressuposto do primado e infalibilidade papal (defendida pelo ultramontanismo) - grupo do qual Pio IX fazia parte, e a dos antiinfalibilistas (inclusive galicanos)¹⁴.

A comissão sobre as questões dogmáticas, presidida pelo cardeal Luigi Bilio, apresentou o esquema *De Ecclesia*, que não contemplou os temas da infalibilidade e da relação dos bispos com o papa¹⁵. Foi preciso refazê-lo, considerando os temas ausentes, sendo que o novo esquema *De Romano Pontifice* deu origem à Constituição Dogmática sobre a Igreja.

Em face do desafio de consolidar o poder dos bispos e dos papa, distintos, mas absolutamente supremos, a constituição já no proêmio diz: “para que o episcopado fosse uno e indivisível e a multidão de todos os fiéis fosse conservada na unidade (...), prepôs o bem-aventurado Pedro aos outros apóstolos e estabeleceu na pessoa dele o princípio perpétuo e o fundamento visível dessa dupla unidade” (DS 3051).

Ao comentar sobre o III capítulo da constituição, no qual o Concílio reafirma o valor e a natureza do primado do Romano Pontífice, bem como o poder de jurisdição episcopal ordinária e imediata de todos os bispos, o cardeal Ratzinger assim se exprime:

¹⁴ cf. SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 89.

¹⁵ Assim estava planejado o esquema de 15 capítulos e 21 cânones: “‘A Igreja é o corpo místico de Cristo’ (Proêmio); cristianismo só pode ser praticado na Igreja (Cap. II); a Igreja é uma *societas perfectas*, verdadeira, espiritual e sobrenatural (cap. III), visível (cap. IV) e única (cap. V); *extra ecclesia nulla salus* (caps. VI-VII); a Igreja é indefectível (cap. VIII) e infalível (cap. IX); possui poder absoluto (cap. X) e temporalmente soberano (cap. XII) e, por conseguinte, o papa possui o primado (cap. XI); Igreja e sociedade possuem concórdia (cap. XIII) e a Igreja possui direitos especiais em relação à sociedade civil (cap. XV)”. SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 89.

Por muito tempo este texto foi considerado como uma vitória unânime dos homens da cúria papal e que se mostrou muito forte através dos séculos. Mas há algum tempo, cresce a convicção de que esta não foi uma vitória dos “ultramontanos”, mas dos homens do “terceiro partido” que não reforça nem o papalismo nem o episcopalismo, mas cria simplesmente uma “terceira posição”, a qual não admite que o papa faça as vezes do episcopado e também não admite que o episcopado seja encarado como simples instrumento do papado. (...). O Vaticano I toma a tradição antiga e os demais concílios como critério de interpretação¹⁶.

Tendo sido a relação entre papa e bispos estabelecida e apoiada na tradição cristã, o Concílio declara que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, goza daquela infalibilidade que o próprio Redentor quis para a sua Igreja (cf. DS 3074). De grande importância se apresenta a ligação do pronunciamento (doutrinal e/ou moral) infalível diretamente com a personalidade da Igreja, pois não é infalível o sujeito isolado, no caso do papa, senão o conjunto eclesial, do qual ele é cabeça visível. Em consequência, nota-se a própria eclesialidade do ministério petrino, enquanto permanece unido e aberto ao Espírito de Cristo. O Romano Pontífice, aliás, não pode pensar diferentemente da Igreja, nem apresentar nova revelação. Antes, “o magistério infalível significa (...) que a Pedro e a seus sucessores foi dado um carisma especial para conservação e interpretação da revelação e o legado da fé transmitidos pelos apóstolos”¹⁷.

O Concílio foi interrompido no mesmo ano, devido à guerra franco-prussiana. Posteriormente não foi retomado, nem mesmo fechado¹⁸.

Os papas Pios, que seguiram de Pio IX até Pio XII, permaneceram nessa mesma linha, com pequenos retoques numa visão mais espiritual, com a encíclica *Mystici Corporis Christi* de Pio XII. Apesar disso, a dimensão jurídico-visível hierárquica continuou no centro até o Vaticano II¹⁹.

¹⁶ RATZINGER, Joseph. *O novo Povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1974, p. 136.

¹⁷ KASPER, Walter. *A Igreja católica: essência, realidade e missão*. Trad. Nélcio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 326.

¹⁸ cf. SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 77.

¹⁹ LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II - em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 95.

O caminho às vésperas do Concílio

Ventos impulsionadores de renovação foram cultivados, sobretudo, na Faculdade de Tubinga, influenciados pelo eco do Romantismo na teologia que toma corpo numa reação contra a frieza e o moralismo dos ilustrados. Nessa linha, a Igreja é redescoberta como organismo vivo no qual todos os fiéis estão unidos formando uma grande comunidade espiritual. Há um encontro entre os aspectos externos e internos, os elementos práticos e os teóricos, a unidade e a multiplicidade²⁰. Isso representou a emergência da dimensão pneumática da Igreja: o que outros percebem como justapostos, o Espírito Santo desdobra de modo harmônico e complementar. O Espírito Santo é, pois, a raiz da unidade dinâmica e complexa da Igreja. Também a Escola Romana receberá o influxo da Escola de Tubinga, da sua orientação mística, trinitária e sacramental na eclesiologia.

Na mesma direção, os movimentos bíblico, litúrgico e ecumênico, que foram ganhando vitalidade no final do século XIX e início do XX, tiveram grande importância no processo de tomada de consciência que a Igreja teve de si, no Concílio Vaticano II. A abordagem eclesiológica vai se deslocando da unilateralidade do foco societário que colocava a Igreja em paralelo com outras sociedades para inseri-la por inteiro no evento salvífico do qual recebe intrínseca orientação para o mundo e para a totalidade da humanidade: do centramento unilateral na hierarquia para se reencontrar como comunhão de todos os batizados, enriquecida com os dons, carismas e ministérios de cada uma deles²¹.

O movimento litúrgico foi aos poucos forjando a consciência da participação do mistério celebrado na Igreja. A experiência do anonimato moderno, e de duas guerras, concorria para uma nostalgia do espírito comunitário do qual a Igreja é espaço privilegiado. A necessidade de tornar a fé cristã presente nos espaços descristianizados da sociedade levou a uma revalorização do laicato. O aporte dos estudos bíblicos na eclesiologia provoca revisão de conceitos anteriormente clarividentes. O florescimento da

²⁰ FUENTE, 1998, p. 13.

²¹ FUENTE, 1998, p. 15-17.

Patrística aportou temas fundamentais como a dimensão misteriosa, a ideia de recapitulação e a relação entre encarnação e gênero humano.

A própria experiência e presença do papa João XXIII, visto e acreditado por muitos como um papa de transição, ajudou na progressiva maturação eclesial. No dizer de Zizola, ele foi o papa que fez a “preferência pela misericórdia ao bastão da punição”²², uma vez que isso se deu sistematicamente a partir de seus escritos anteriores ao Concílio e de sua tomada de coragem ao convocá-lo.

Na Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, datada de 25 de dezembro de 1961, o papa estabelece alguns objetivos do Concílio - desacreditado pela maioria e até mesmo desnecessário para muitos (para que Concílio se o papa é infalível?). Diz o papa:

O próximo Concílio, portanto, reúne-se, felizmente, no momento em que a Igreja percebe, de modo mais vivo, o desejo de fortificar a sua fé e de se olhar na própria e maravilhosa unidade; como, também, percebe melhor o urgente dever de dar maior eficiência à sua forte vitalidade, e de promover a santificação de seus membros, a difusão da verdade revelada, a consolidação das suas estruturas²³.

Nessa constituição, o papa (com ânimo e mãos trêmulas) retoma o seu primeiro anúncio de desejo de um Concílio, proferido em 25 de janeiro de 1959, quando celebrava a conversão de Paulo na Basílica de São Paulo fora dos muros e ensaia a reflexão sobre os “sinais dos tempos”, criticando aquelas almas sem confiança que somente veem trevas acinzentadas na face da terra. Mais tarde, o tema dos “sinais dos tempos” voltará na encíclica *Mater et Magistra* (15 de maio de 1961), que fora promulgada em homenagem ao 70º aniversário da *Rerum Novarum* e apresenta uma síntese da Doutrina Social dos papas precedentes (cf. DS 3935-1953).

A incontrolável força do Espírito conduziu a Igreja à abertura do Concílio, onde o papa diz no discurso de abertura: “amanheceu o dia tão ansiosamente esperado”²⁴, em que se iniciava a grande surpresa de Deus para

²² LIBANIO, 2005, p. 59.

²³ DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 1997, p. 12.

²⁴ D.C.V.II, 1997, p. 21.

o seu povo reunido. Ao fazer uma memória de fatos já vividos, o Romano Pontífice acrescenta: “mas, do lado dos motivos de alegria espiritual, é também verdade que sobre esta história se estende ainda, por mais de 19 séculos, uma nuvem de tristezas e provações”²⁵. Tais tristezas não podem ser enaltecidas, mas são convidadas à superação, tendo em vista o crescimento autêntico que se observa frente às experiências de crise: “tudo, mesmo as adversidades humanas, dispõe para o bem maior da Igreja”²⁶.

Deu-se, portanto, o início do Concílio Ecumênico Vaticano II que, mesmo sofrendo um recesso com a morte de João XXIII²⁷, retomou suas atividades com seu sucessor, Paulo VI²⁸, que em 29 de setembro de 1963, no discurso de continuação do Concílio, relembra a união da Igreja com seu fundador, Jesus Cristo, de onde a Igreja vem, existe e caminha. Ao partir dessa compreensão, traceja em quatro pontos fundamentais o caminho que essa assembleia conciliar deverá observar para bom termo do Concílio: “a noção ou, se preferir, a consciência da Igreja; sua renovação; a restauração da unidade de todos os cristãos e o diálogo da Igreja com a humanidade de nossos dias”²⁹.

Paulo VI traz à reflexão a tentativa de uma melhor limpidez na compreensão eclesiológica. Faz isto não com esquemas rigidamente dogmáticos, “mas por meio de declarações do magistério ordinário, mais

²⁵ D.C.V.II, 1997, p. 22.

²⁶ D.C.V.II, 1997, p. 24.

²⁷ No meio do Concílio o papa lança uma nova Encíclica, a *Pacem in Terris* (11 de abril de 1963), novamente discutindo questões sociais e voltadas ao diálogo com o mundo, referindo-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU. Sobre a declaração, o papa disse ser um passo e avanço rumo ao estabelecimento de uma ordem jurídica e política de todos os povos existentes no mundo (cf. DS 3955-3997). João XXIII falecera logo em seguida, exatamente em 3 de junho de 1963. Acrescenta Ney de Souza: “de acordo com o código de direito canônico vigente, o Concílio foi suspenso com a morte do papa. O arcebispo de Milão, Giovanni Batista Montini, eleito papa no dia 21 de junho de 1963, escolhendo o nome de Paulo VI, dissipou qualquer dúvida que poderia existir sobre a continuidade do Concílio, decidindo pela sua continuação”. SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBONATTO, Vera I (org.). *Concílio Vaticano II, análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 42.

²⁸ O Concílio teve 4 períodos. O primeiro - 1ª sessão: 29/09-04/12/1963. A partir daqui a continuação sob Paulo VI. Segundo período - 2ª e 3ª sessões: 29/09-21/11/1964. Terceiro período - 4ª e 5ª sessões: 14/09-21/11/1964. Quarto período: da 6ª a 9ª sessões: 14/09-7/12/1965. Por fim, a celebração de encerramento em 8 de dezembro de 1965 (cf. DS, introdução ao 4001).

²⁹ PAULO VI. In ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial. *As Janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Santuário, 2013, p. 48.

explícito e autorizado, que digam à Igreja o que ela pensa de si mesma”³⁰. Compreende também que a identidade eclesial se dá a partir da adesão a Cristo, à Tradição e na docilidade ao Espírito Santo³¹. Assim, justifica-se a necessidade constante de aprofundamento em relação à eclesologia:

Passados vinte séculos desde que foi instituída a religião de Cristo e de grande desenvolvimento histórico e geográfico da Igreja Católica, e também das confissões religiosas que levam o nome de Cristo e se chamam Igrejas, não é de admirar se o sentido verdadeiro, profundo e completo da Igreja, tal qual Cristo a fundou e os Apóstolos a começaram a construir, precisa ser enunciado, ainda, com maior precisão. A Igreja é um mistério, quer dizer, realidade profundamente impregnada da presença divina, e por isso sempre objeto capaz de novas e mais profundas investigações³².

Dizer que a Igreja é Mistério é retomar um caminho já iniciado por João XXIII e por Pio XII. Com isso, o papa lança luzes sobre o que viria com a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Era preciso, ao se falar da Igreja, começar por sua natureza, a fim de se chegar sem rodeios e abstrações às compreensões sobre o papado e sua relação com o episcopado, já ditas no último Concílio.

Os deslocamentos na eclesologia do Vaticano II

As discussões sobre os esquemas e seus capítulos propostos foram alvo de debates procedimentais e teológicos e, assim, objeto de muitas sugestões de emendas. O fato é que a Constituição, promulgada em 21 de novembro de 1964, apresenta um esquema final - que fora discutido exaustivamente na segunda sessão - de oito capítulos, bem pensados e intencionados. O primeiro capítulo se intitula *O Mistério da Igreja*; seguido pelo *O povo de Deus*; *Constituição hierárquica da Igreja e em especial o episcopado*; *Os Leigos*; *Vocação universal à santidade na Igreja*; *Os religiosos*; *Índole escatológica da Igreja peregrina e sua união com a Igreja celeste* e, por fim, o capítulo sobre

³⁰ PAULO VI *in.*: ALMEIDA; MANZINI; MAÇANEIRO, 2013, p. 50.

³¹ cf. PAULO VI *in.*: ALMEIDA; MANZINI; MAÇANEIRO, 2013, p. 50.

³² PAULO VI *in.*: ALMEIDA; MANZINI; MAÇANEIRO, 2013, p. 49.

A bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja.

Situar o início da reflexão sobre a Igreja com a temática do mistério é dar-lhe primazia frente ao que se segue³³. Ela é essencialmente mistério, de onde deriva o Povo de Deus, chamado à santidade e à vida plena, tal como já experimentara Maria, o *typos* mais completo da Igreja. Essa afirmação rompe definitivamente com a teologia jurídica e exclusivamente apologética anterior ao Concílio, endossando a característica de processualidade, ligada à dimensão peregrina da Igreja, ainda não plenamente realizada.

Para De Lubac, o sinal mais característico da Igreja como mistério de Fé é que ela é dom que vem do alto, que análise e especialização humanas jamais conseguirão encerrar em suas sistematizações³⁴. A Igreja é, pois, mistério à medida que tem sua origem na abissalidade trinitária e encaminha, a si e a todos, à pátria definitiva, onde há a eterna comunhão do Deus Uno-Trino.

Ainda no n. 1, a Constituição introduz essa compreensão de mistério, que se presta em dois níveis: *sinal* e *instrumento* da união íntima com Deus, mas também da *unidade* de todo o gênero humano. Essa perspectiva discreta implica a não absolutização de um plano exclusivamente vivenciado entre Deus e a Igreja, mas no alargamento das relações numa esteira também de horizontalidade, onde o contato interpessoal e a unidade sirvam de base para o diálogo com a transcendência.

Disso segue que a Igreja é já prefigurada desde a origem do mundo e preparada na história do povo de Israel e na antiga aliança, pois o eterno Pai, livremente, quis elevar os homens à participação de sua vida divina (cf. LG 2). Ela, Igreja de Deus, instituída nos últimos tempos e manifestada pelo Espírito, “cresce visivelmente no mundo pelo poder de Deus” (LG 3). Mais ainda: “consumada a obra que o Pai confiara ao Filho para que ele a realizasse na terra (cf. Jo 17,4), no dia de Pentecostes foi enviado o Espírito Santo para

³³ Congar justifica essa primazia citando Santo Tomás, para quem a ordem e o lugar são, em sua maioria, princípio importante de inteligibilidade (cf. CONGAR, Yves. A Igreja como Povo de Deus. *Concilium - Revista Internacional de Teologia*, v. I n. 1, 1965, p. 9).

³⁴ cf. LUBAC, Henri de. *Paradoxo e mistério*. São Paulo: Herder, 1969, p. 59.

santificar continuamente a Igreja e assim dar, aos crentes, acesso ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cf. Ef 2,18)” (LG 4).

A continuidade mistérico-sacramental de Deus na Igreja se perpetua e se concretiza através das ações litúrgico-sacramentais, nas quais, segundo a compreensão de Agostinho, a Graça invisível santifica e se torna presente por meio dos sinais visíveis (cf. DS 1639) dos ritos, da verdade revelada, da própria ação hierárquica, enquanto poder ministerial e de serviço (cf. LG Cap. III), e do apostolado dos leigos “chamados, como membros vivos, a contribuir com todas as suas forças (...) para o incremento da Igreja e sua santificação perene” (LG 33). Em todos esses sinais materiais da invisível ação de Deus está presente por completo - considerando-se cada pessoa em seu estado de vida - o mistério de Deus, que se evidencia em seu amor oblativo.

Na mesma linha, continua a Constituição: “o mistério da santa Igreja manifesta-se na fundação da mesma” (LG 5) que se deu através de Jesus Cristo anunciando o Reino de Deus. Assim, partindo do mistério Pascal, após ter completado os gestos fundacionais, é que Cristo, a fim de que a Igreja anuncie o Reino a todos, enriqueceu de dons sua Igreja, tornando-a germe e início desse mesmo Reino (cf. LG n. 5). Ela não se identifica exclusivamente com ele, mas é início, preparação e antecipação - *já e ainda não*. Rahner expressou esse movimento dialético em que se encontra a Igreja como um estar “na meta rumo à meta”³⁵ e Balthasar, iluminando o sentido da Igreja como sacramento da salvação, formulou essa dialética na linha de que a Igreja, como sacramento, “presentifica o amor salvífico de Deus em Jesus Cristo *‘totum, sed non totaliter’*”³⁶.

No final do capítulo, ao apresentar ainda o mistério da Igreja é acrescentado um dado não menos importante: a dinâmica *kenótica* do Verbo de Deus, que, sendo rico, fez-se pobre (cf. 2 Cor 8,9): “a sua missão (da Igreja) não foi constituída para buscar glórias terrenas, mas para dar a conhecer, também com seu exemplo, a humildade e a abnegação” (LG 8).

Dito isto, é importante lembrar que a Igreja é chamada a assemelhar-se ao Filho, olhando com especial cuidado para os angustiados pela injustiça

³⁵ KEHL, Medard. *A Igreja: uma eclesiologia católica*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 87.

³⁶ cf. KEHL, 1997, p. 79.

humana, que transfiguram e espelham o rosto do próprio Deus. Numa palavra, sua missão mais urgente é essa da *Kênosis*, que não se apega ciosamente ao seu poder, mas *desce* e *sai* pelos porões da humanidade, onde as periferias geográficas e existenciais se tocam.

Considerações finais: janelas abertas pelo Concílio

As mudanças no próprio método teológico que foram se desenvolvendo, sob muita tensão, antes do Concílio, ecoaram tanto nos procedimentos deste evento conciliar quanto na formulação dos documentos. Assim, o Vaticano II recuperou a fundamentação trinitária da Igreja e, ao mesmo tempo, sua destinação escatológica, deslocando o viés de abordagem eclesiológica da afirmação da dimensão visível hierárquica para a unidade distinta entre dimensão visível e misteriosa da Igreja. Este dado permite um olhar retrospectivo sobre a história, uma reflexão madura sobre o presente e um chamado profético em relação às novidades vindouras: tudo se dá a partir da comunhão pericorética da Trindade e não há nada que possa existir fora dela. A Igreja, deste modo, comunica e incentiva a vida de comunhão entre os que já se decidiram por Cristo, antecipando, sinalizando e realizando o que eternamente está destinado a todos.

Tal recuperação se dá quando a Igreja se afasta da filosofia grega que durante séculos fundamentou quase unilateralmente sua autocompreensão, para se pautar na experiência bíblica que enfatiza e testemunha a proximidade de Deus à história humana. A perspectiva sacramental recuperada, a partir daí, também contribui decisivamente para a consciência da dimensão sinodal da realidade eclesial.

Em suma, podemos dizer que é na volta à Palavra de Deus e sua recepção na Patrística que está a grande densidade misteriosa da eclesiologia do Vaticano II, estruturada pelas seguintes coordenadas:

- a) A descoberta da Igreja, em seus diversos gestos fundacionais como ícone da Trindade;
- b) A centralidade da categoria bíblica de Povo de Deus que permitiu afirmar a igualdade fundamental de todos os batizados e recordar o chamado

universal à santidade, indo muito além, assim, da perspectiva hierarcológica e jurídica, gerando uma simultaneidade de comunhão e hierarquia. Nesta unidade distinta, os ministérios ordenados presentificam o antes cristológico de todo agir salvífico da Igreja e realçam o Cristo como cabeça. Esses mistérios se situam, portanto, na intersecção entre a dimensão pneumatológica e a cristológica da Igreja;

- c) A importância das Igrejas particulares e da colegialidade episcopal que revela a insuficiência do centralismo;
- d) A inserção do conceito de história relacionado à escatologia, tornando manifesta a condição peregrina da Igreja, favorecendo uma atitude de reconhecimento e diálogo cordial com todas as realidades que se encontram à margem da Igreja visível, em detrimento de postulados triunfalistas e autossuficientes.

Na eclesiologia pós-conciliar, a partir das condições teológicas e metodológicas propícias, foram se aprofundando deslocamentos significativos na teoria e na práxis eclesial que, com muita propriedade, têm sido constitutivos da pauta pastoral do papa Francisco; trata-se de uma verdadeira conversão que envolve um renovado olhar sobre o mundo, a pessoa e a própria compreensão da natureza eclesial. Entre os muitos deslocamentos operados e em constante operação, destacam-se ainda as seguintes passagens:

- a) De uma autocompreensão eclesial focada na demarcação e na autorreferencialidade para uma eclesiologia relacional na qual “todos os homens (...) são chamados a esta católica unidade do Povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal” (LG 13);
- b) De uma visão piramidal da Igreja que privilegia a sobreposição da hierarquia sobre os fiéis a uma Igreja constituída pela sinodalidade (cf. LG 10, 32), onde hierarquia designa o elemento fundante de unidade da *communio* sem, contudo, reduzir a diversidade da comunidade e onde o Batismo fundamenta a igual dignidade de todos os membros;
- c) De um extrinsecismo doutrinário para uma missionariedade empática e dialógica calcada na experiência de que, pela encarnação, “o Filho de Deus uniu-Se de algum modo a todo homem” (GS 22) e na ciência de que

as primícias do Espírito (cf. Rm 8,23), recebidas pelo homem cristão e que o capacitam para o cumprimento da nova lei do amor, alcançam “todos os homens de boa vontade em cujos corações a graça opera de modo invisível” (GS 22).

Finalmente, é constitutivo da eclesiologia do Vaticano II permanecer uma tarefa aberta na medida em que situa a Igreja no interior dos desígnios salvíficos de Deus e, a partir daí, como comunidade a caminho do seu Reino.

Certamente, há outros deslocamentos e perspectivas que nascem com o *aggiornamento* conciliar. Há elementos que ainda não foram suficientemente discutidos e revisitados como a Doutrina Social, a sincera participação das mulheres em instâncias de decisão, o diálogo ecumênico, a abertura à pluralidade religiosa, uma sensibilidade para com os ecossistemas e para com a ecologia integral. Enfim, se há abertura, há sem dúvidas a presença do Espírito: é, portanto, o tempo de continuidade da recepção pneumática, da revitalização e da criatividade que integra e liberta.

Referências

ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial. *As Janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Santuário, 2013.

BOURGEOIS, Henri; SESBOÛÉ, Bernard; TIHON, Paul. *História dos Dogmas*. Direção: Bernard Sesboüé, S.J. Tomo 3: Os sinais da salvação: Os sacramentos, a Igreja e a Virgem Maria. São Paulo: Loyola, 2005.

COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002. 3ª edição, 2011 (Col: Temas da Atualidade).

COMBLIN, José. *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*. Obra póstuma. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2012.

CONGAR, Yves. *A Igreja como Povo de Deus*. *Concilium - Revista Internacional de Teologia*, v. I n. 1, 1965, p. 8-26.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2013.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 1997.

FORTE, Bruno. *A Igreja ícone da Trindade*. São Paulo: Loyola, 2005.

FUENTE, Eloy Bueno de la. *Eclesiología*. Madrid: BAC, 1998.

KASPER, Walter. *A Igreja católica: essência, realidade e missão*. Trad. Nélcio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

KEHL, Medard. *A Igreja: uma eclesiologia católica*. São Paulo: Loyola, 1997.

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II - em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

LUBAC, Henri de. *Paradoxo e mistério*. São Paulo: Herder, 1969.

SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In Gonçalves, Paulo S. L.; Bombonato, Vera I (Org). *Concílio Vaticano II, análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2005.

SOUZA, Ney; GONÇALVES, P. S. Lopes. *Catolicismo e sociedade contemporânea. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013.

RATZINGER, Joseph. *O novo Povo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1974.

Trabalho submetido em 26/04/2020.

Aceito em 06/06/2020.

Degislando Nóbrega de Lima

Docente de teologia na Unicap (Graduação e na Pós-graduação). Doutor em teologia pela Westfälische Wilhelms Universität Münster-Alemanha. Avaliador Ad doc do INEP (Cursos). Email: degisnobrega@gmail.com

Pedro Igor Leite da Silva

Docente na Graduação em teologia da UNICAP. Mestre em teologia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Email: pedro.igor@unicap.br